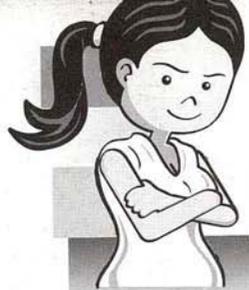
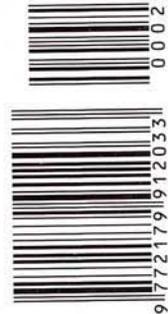


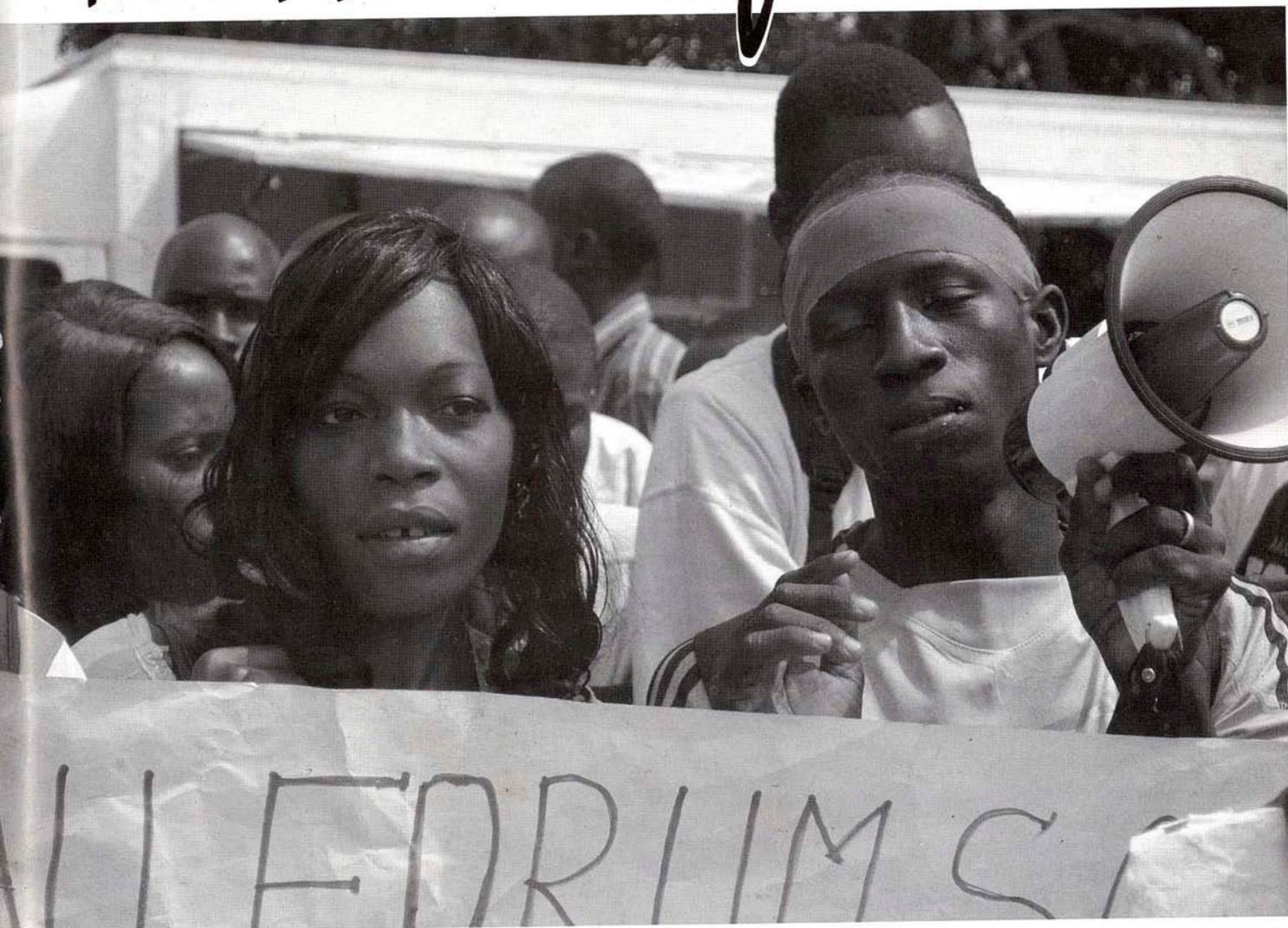
Florianópolis (SC)
março/abril de 2011
Ano 5
Nº 27
R\$ 4,00



Pobres & Nojentas



Nossa eu africana





14 Nosso eu africano

- 04 Plano Diretor une e mobiliza o Campeche
- 09 Os braços de Joelson
- 12 Não faça o certo para que façamos errado
- 19 Artigas, o protetor dos povos livres

Seções

- 03 Editorial
Pobres&Nojentas, presente
- 08 Crônica
A armadilha das palavras
- 18 Crônica
A cidade encantada
- 26 Tempo Livre
Cabanas em tempos de shoppings
- 26 Umas e outras
- 27 Poesia
Aos indignados

Revista Pobres e Nojentas.
P7506
Revista Pobres e Nojentas. – n. 1. (2006) –
Florianópolis : RPCC, 2011

Mensal.
ISSN: 2179-9121

1. Antropologia social. 2. Cultura de massa - Brasil. 3. Capitalismo - sociologia.
4. Etnologia cultural. 5. Sociologia política. 6. Etnografia.

CDD 306

Catálogo na fonte: Maria Guilhermina Cunha Salasário CRB 14/802

Para assinar Pobres & Nojentas

- Deposite o valor na conta do Banco do Brasil nº 618-714-5, agência 0016-7 (Elaine Tavares)
 - Envie e-mail para eteia@gmx.net informando: data e hora do depósito, nome e endereço completo (com CEP)

5 edições ao ano
(bimestral): R\$ 25,00
(inclui as despesas
com o Correio)



A Rede Popular Catarinense de Comunicação (RPCC) reúne veículos e entidades que compartilham textos, áudios, fotografias, dentro da lógica da soberania comunicacional, que pressupõe o controle coletivo dos meios e da produção de conteúdos, buscando a quebra do controle da informação exercido pelos grandes meios de comunicação do Estado.

www.redepopularcatarinensedecomunicacao.blogspot.com

twitter.com/redepopularcc
redepopularsc@gmail.com

Colaboraram nesta edição:

- Camila Bion de Assis
- Celso Vicenzi
- Elaine Tavares
- Jussara Godoi
- Marcela Cornelli
- Míriam Santini de Abreu
- Mônica Fünfgelt
- Osiris Duarte
- Raquel Moysés
- Rosângela Bion de Assis
- Raul Fitipaldi
- Sandra Werle

Edição

Elaine Tavares (MTb/SC 00501)
Míriam Santini de Abreu (MTb/RS 8077)

Projeto gráfico, Editoração
e Tratamento de imagens
Rosângela Bion de Assis (MTb/SC 00390)
Sandra Werle (MTb/SC 00515)

Revisão

Mônica Fünfgelt

Artes da *Pobrecita*

- Silva
- Eduardo Schmitz

Apoio Cultural

• Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina)



Florianópolis/Santa Catarina

Pobres&Nojentas, presente!

Os leitores e assinantes da Pobres & Nojentas estão perguntando: - Ué, o projeto terminou?

Não, ele continua vivo. Esta edição, de março/abril, chega só agora, no frio de julho, porque a revista é feita com trabalho voluntário, e as e os jornalistas que a fazem estavam ou estão envolvidos em greves, paralisações e congressos de entidades e instituições nas quais atuam como trabalhadores. Muitos deles também se fazem presentes em associações do movimento popular, que está pleno de ideias e fazeres urgentes para dar outro rumo à cidade

de Florianópolis. Por isso, nossas desculpas pelo atraso. Mas, para a edição referente a maio/junho, ainda outonal, pretendemos, como se diz, "dar uma corridão", para colocar em dia a data que consta no alto da capa e o tempo do calendário, que nem sempre batem com o tempo cronológico e emocional da gente para gestar a revista.

Nesta edição, a P&N fala a partir de países do grande continente africano, do Uruguai e da capital catarinense, especificamente do Distrito do Campeche, onde se trava uma luta renhida entre quem deseja ver a Cidade como

"paraíso de endinheirados" e entre os que aqui moram e fazem dela o espaço de sua existência, seus projetos e sonhos. Também se fazem presentes a luta, a dor e também a morte de trabalhadores, mortes que se somam às estatísticas dos milhares de anônimos que, diariamente, engrossam a lista de quem adocece ou perde a vida por causa do trabalho.

Nessa viagem ao longo da verdade africana/uruguaia/campechiana/florianopolitana, mais uma vez colocamos a Pobres na rua, atrasada, mas presente!

Foto: Miriam Santini de Abreu



Elizete Cardoso,
dona de pousada
em Caraá (RS) lê
Pobres&Nojentas

P&N tem Boletim Eletrônico

Cadastre seu e-mail em revistapobresenojentas@gmail.com para receber o resumo das notícias, reportagens, crônicas e artigos, além da agenda do movimento sindical e popular.

P&N no Facebook

Pobres E Nojentas

P&N no Twitter

www.twitter.com/pobresenojentas

P&N no You Tube

<http://br.youtube.com/PobresyNojentas>

Blog da P&N teórica

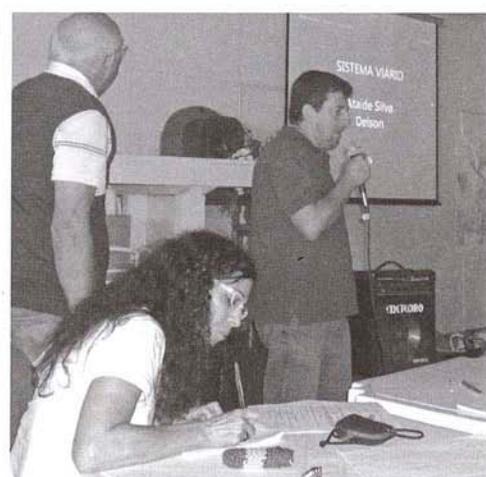
<http://revistapobresenojentas.wordpress.com>

Blog da P&N

<http://pobresenojentas.blogspot.com>

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Plano Diretor une e



mobiliza o Campeche

Texto e fotos: Elaine Tavares,
de Florianópolis

Sábado, oito e meia da manhã. De todos os cantos da comunidade começam a chegar as gentes. Mais uma vez, o povo ligado a cerca de 20 entidades de organização e de luta do bairro se reúne para rememorar a construção do Plano Diretor Participativo, proposta de organização e planejamento que durante mais de quatro anos foi consolidada pela comunidade do Campeche, Sul da Ilha de Santa Catarina.

No encontro, foram apresentados o histórico da luta e as resoluções no campo do zoneamento ambiental, zoneamento urbano, sistema viário e mobilidade, e cultura.

A batalha por um Plano Diretor com a cara do povo daqui não é de hoje, vem desde o início dos anos 80 do século passado. Naqueles dias, quando a cidade de Florianópolis começou seu processo de inchaço, as lideranças locais, antenadas com a realidade do município, principiaram um movimento que buscava delimitar regras para o bem-viver no bairro. Esse desejo se concretizou na organização dos surfistas locais que, dispostos a

preservar as ondas, acabaram por criar um movimento de cuidado com o bairro que nunca mais parou.

Nos anos 90, os surfistas, as associações de moradores e outros tantos movimentos que passaram a se organizar no bairro deram início a um processo de elaboração de Plano Diretor Comunitário e Participativo. Esse trabalho culminou em 1997 quando, no Primeiro Seminário Comunitário de Planejamento, foi apresentado o Dossiê Campeche, com todas as demandas levantadas pelos movimentos locais. A prefeitura, como sempre surda aos interesses das pessoas, não levou em consideração as demandas da comunidade e, em 1999, entregou à Câmara de Vereadores um projeto próprio. O Campeche não desanimou, constituiu o seu Plano Diretor e no ano 2000 apresentou sua proposta aos vereadores. Seria, então, o primeiro bairro da cidade a ter o seu próprio plano, fruto de organização interna.

Mas, apesar da luta e da mobilização, os vereadores também ignoraram as propostas do Campeche, só que por ali ninguém desanimou. Com idas e vindas, os movimentos locais se reuniam e discutiam, melhorando e atualizando o dossiê construído em 1997. Também seguiam criticando e lutando contra o plano da prefeitura, feito sem participação popular. No ano de 2006 foi criado o Conselho Popular da Planície do Campeche, mais um instrumento de luta que iria unir os movimentos numa só bandeira: a retirada do plano da prefeitura da Câmara de Vereadores. A batalha foi larga, mas a vitória veio.

No ano de 2007, o Campeche reali-

zou o Segundo Seminário Comunitário de Planejamento e convidou o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) para voltar ao debate sobre a participação popular na construção do projeto para a cidade. E foi esta luta iniciada no bairro, depois espalhada para outras comunidades, que garantiu o início do processo do Plano Diretor Participativo. “Na hora de organizar como seria esse trabalho, nós lutamos e garantimos que houvesse a representação dos Núcleos Distritais e que fossem realizadas audiências públicas. Foram realizadas 13 destas audiências e era a primeira vez que a população da cidade discutia de verdade sobre o plano diretor”, conta Janice Tirelli, representante do Campeche no Núcleo Gestor Municipal.

No que diz respeito ao Campeche, a comunidade logo começou a se organizar realizando Oficinas Temáticas para discutir em profundidade temas como mobilidade, zoneamento ambiental, zoneamento urbano, cultura etc... Durante todo o ano de 2007 muitas foram as reuniões, debatendo, inclusive, a possibilidade de tomada do antigo Campo de Aviação para a construção de um parque, coisa que nunca houve no bairro. Mas o ano de 2008 chegou e com ele o processo eleitoral que acabou imobilizando o processo do Plano Diretor Participativo. Ainda assim, o núcleo do Campeche realizou oficinas e seminários visando incorporar cada vez mais os desejos da comunidade.

Em 2009 a prefeitura voltou a mexer com o tema, mas também já iniciando os contatos com o Instituto Cepa, o que deixou todo mundo com a pulga

atrás da orelha. Se as comunidades estavam fazendo o trabalho, que necessidade havia de contratar um instituto para desenhar o plano? Com um olho pregado nas artimanhas da prefeitura, o Núcleo Distrital do Campeche seguiu seu trabalho. Dividiu o bairro em norte e sul, realizou reuniões setoriais e conseguiu desenhar todos os mapas, trabalho de difícil confecção. Por outro lado, a participação sempre foi significativa, o que permitiu o desenho dos mapas dentro das demandas comunitárias já há mais de 20 anos discutidas.

Com a decisão da prefeitura de suspender todo o processo em 2010, o núcleo do Campeche decidiu registrar em cartório todo o trabalho realizado, relatórios e mapas. Assim, ninguém haveria de poder dizer que a comunidade não tinha finalizado o trabalho e definido de forma bem clara o que quer para sua vida.

A vocação do bairro

Desde o ano de 1980 até os dias atuais muita coisa já mudou. A especulação imobiliária estendeu seus braços para a região sul e tem descaracterizado bastante a comunidade, apesar da sistemática luta. Prédios, florestas devastadas, rios poluídos, praia degradada, dunas destruídas, restinga invadida, ruas engarrafadas. É coisa demais. Agora, nas discussões do Plano Diretor, os moradores sabem que algumas coisas não podem mais ser recuperadas, mas também reconhecem que ainda há muito para preservar.

Nos debates, a vocação da comunidade, discutida e decidida nas dezenas de reuniões ao longo dos anos, foi reafirmada com todas as letras: o Campeche quer continuar sendo um bairro residencial de caráter urbano-rural, garantindo a continuidade das pequenas chácaras, com o desenvolvimento de um turismo comunitário e não predador, como o já registrado em lugares no norte da ilha. “Nós definimos nossa comunidade

como um bairro-jardim, com ênfase na cultura da pesca, da pequena agricultura, com a preservação da água do nosso lençol freático, da nossa história que é rica demais, da nossa cultura. É isso que queremos preservar, os nativos e os que escolheram esse lugar para morar”, diz Janice.

Também foi sublinhada a necessidade da preservação dos espaços públicos que são cultura também, como a Lagoa da Chica, o Morro do Lampião, a Lagoa Pequena, a orla marítima com suas dunas. A vocação do Campeche está voltada para as pessoas e não para agentes especulativos, e disso ninguém abre mão!

A geografia não é detalhe

É por conta da ênfase na preservação do que ainda não foi destruído que o Plano Diretor pensado para o Campeche insiste em definir muito bem a geografia do lugar, para que os moradores entendam onde estão e o que precisam defender. O Campeche é formado por um maciço, no qual está o Morro do Lampião, e uma Planície Sedimentar. Impedir a destruição e o desmatamento no Morro do Lampião é papel de quem vive na planície, porque é esta vegetação do morro que evita erosão e protege as nascentes, retendo a água da chuva e garantindo a biodiversidade. “Se o morro começa a ser ocupado, as chances de problemas na planície são grandes”, afirma Luis Gabriel, estudante de Engenharia Ambiental.

Na área da planície o papel da restinga e das dunas é de fundamental importância para a vida das famílias. Se começam a construir prédios na região da restinga, as dunas ficam sem o seu mecanismo de fixação e começam a se mover, podendo invadir casas e espaços já construídos. Por outro lado, se as dunas se movem, o mar também avança

terra adentro, causando ressacas cada vez maiores, como já se registraram no verão de 2011. Ocorre que as dunas formam uma parede natural entre o mar e o ambiente terrestre, conformando um espaço bastante frágil, que não deve ser mexido, sob pena de grandes alterações ambientais. Esta é uma constatação científica e não dar ouvidos aos mecanismos da natureza é arriscar a vida da comunidade.

O solo da região da planície também é bastante peculiar. Arenoso, poroso, tem uma drenagem natural bastante boa, daí a necessidade de não impermeabilizá-lo com asfalto, por exemplo. Se as ruas forem calçadas com lajota, a permeabilidade se mantém e a drenagem impede alagamentos e enxurradas. Não atentar para isso é promover desgraça logo ou no futuro.

Igualmente, por sua porosidade, o solo armazena muita água, configurando um rico aquífero de mais de 105 bilhões de litros de água pura que precisa ser preservado. Daí a luta contra o rebaixamento do lençol freático, que pode levar à salinização da água. Todas estas questões devem ser levadas em conta quando se autoriza uma construção. Por isso, no Plano do Campeche se mantém a proposta de casas e prédios de até três andares, para que seja respeitada a fragilidade dos ambientes.

A especulação avança

No que diz respeito à ocupação do solo, a comunidade tem respondido com luta ao processo de especulação imobiliária, como bem mostrou o relato de Fernando Cardenal. E isso acontece porque o Plano Diretor pensado durante todos esses anos não aceita a ideia de verticalização. No trabalho já desenhado pela comunidade estão previstas áreas verdes, a proteção da orla marítima, a criação de ciclovias e bulevares em vez de grandes avenidas,

o desenho delimitado das áreas residenciais e comerciais, com proteção da restinga e das dunas.

Nos últimos meses tem sido igualmente intensa a mobilização contra a burlagem das leis por parte das empresas de grandes condomínios que realizam rebaixamento de lençol freático para construção de garagens subterrâneas. Muitas vitórias foram garantidas justamente pelo cuidado e pela vigilância sempre atenta dos moradores, com especial destaque para o presidente da Associação dos Moradores do Campeche (Amocam), Ataíde Silva, que tem atuado sistematicamente na observação das novas obras e na fiscalização do serviço de saneamento constituído pela Casan. Essa obra, ainda incompleta, recebe, por parte de moradores irresponsáveis, ligações clandestinas de esgoto, que precisam ser descobertas e lacradas. Todo o grupo de trabalho do Plano Diretor participa deste processo de cuidado com a comunidade.

Sistema viário

Falar em mobilidade na cidade de Florianópolis é fazer aflorar o estresse. Pensada unicamente para os carros, a capital vive cotidianamente engarrafamentos-monstros sem que haja qualquer preocupação por parte do governo municipal com o transporte de massa. Obras de alargamento de vias só fazem aumentar o fluxo, e a construção de elevados como o Trevo da Seta tornou a vida dos moradores do sul da ilha ainda mais caótica, uma vez que a paralisação do trânsito deixou de ser pontual para se tornar coisa de tempo integral. Chegar ou sair do bairro agora é coisa de horas.

Na proposta de Plano Diretor da comunidade há toda uma outra lógica de mobilidade no sistema viário. A malha viária planejada tem de ser coerente com o número de pessoas, daí ser impossível pensar em

mobilidade se houver o adensamento populacional que a prefeitura deseja para o sul. "O mundo não pode vir para Florianópolis. Isso aqui tem uma capacidade de água, de saneamento e de mobilidade", diz Ataíde Silva. No plano, o transporte de massa é prioritário, via metrô de superfície, que inclusive pode ajudar a proteger o mangue, impedindo a ocupação, proteção dos caminhos históricos e nativos, respeitando a cultura local, além de integrar de verdade o transporte urbano e impedir a construção de avenidas na beira-mar. "Nossa prioridade é a proteção da restinga e das dunas, que equilibram a vida e protegem a comunidade".

A cultura está viva

Telma Piacentini trouxe um pouco da história cultural do Campeche num vídeo que deixou todos emocionados. Desde os primeiros moradores, a presença de Saint Exupéry, o trabalho dos pescadores, do povo dos engenhos, do boi-de-mamão, a Feira do Cacareco, o Balaio, festas comunitárias, coisas que unem as gentes em memórias remotas e em processo atuais de preservação da história e da vida em comunidade. O trabalho dos pintores, que retratam a vida exuberante do lugar, a música local, a religião, tudo o que acaba servindo de ponte subjetiva para a constituição desta coisa única que é a ideia de comunidade, gente batalhando pelo bem-viver de todos.

No Plano do Campeche está prevista a preservação do casarão que serviu de base ao Campo de Aviação, cheio de memórias da vida local, a construção de parques culturais e científicos, recuperação dos folguedos antigos, das tradições, coisas que formam o patrimônio imaterial e que seguem vivas na cabeça de cada um. Para cada ponto há todo um planejamento. Não são meros princípios, são coisas concretas e muito bem definidas.

O futuro

E assim passou-se a manhã de sábado, com uma excelente participação comunitária. Gente de outros lugares como o Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha, pessoas que se preocupam em preservar o que a região tem de mais importante que é a sua natureza, o homem e a mulher aí incluídos. "Porque não dá para separar", como bem diz Gert Shinke, do Movimento Saneamento Alternativo (MOSAL).

Feito todo esse trabalho e recuperação das propostas do Plano Diretor, agora a proposta é disputá-lo junto à prefeitura. A comunidade apontou a necessidade de realizar uma maior divulgação junto aos novos moradores que estão chegando agora e desconhecem o processo, buscar um envolvimento destas pessoas com o cuidado com o bairro e apostar na relação com as crianças, para que possam engajar-se desde agora na luta por uma comunidade que pratique o bem-viver.

Dentre as proposta de caráter mais político, salientou-se a necessidade de discutir e desmistificar a ideia de progresso que vem embutida nas propostas das grandes empresas de construção que estão invadindo o bairro. Progresso não significa destruição, tem de ser possibilidade de vida boa e bonita para todos e não só para alguns. "O sul ainda é uma grande mancha verde no mapa da cidade. Temos de manter isso fazendo uma Aliança do Sul Pela natureza. Isso nos unifica", diz Gert.

E assim, entre poesias, declarações de amor e propostas de luta, o Campeche afinou o discurso e afiou as armas para enfrentar mais uma grande e feroz batalha contra o plano autoritário e predador que está sendo proposto pela prefeitura.

Nestes lados do sul se levantam os brados, coletivos e comunitários, preparados para o combate.

Os braços de Joelson

Texto: Raquel Moysés, de Florianópolis
Fotos: Acervo Pet Educação Física

Anilton e Margareth acariciam, com o olhar, duas verdes vidas que acabam de fincar no chão. São tenras mudas de ipê e de pitangueira, mas já anunciam o esplendor da árvore adulta. Devem crescer frondosas no terreno do campus e, daqui a algum tempo, os delgados ramos vão se erguer sob os céus, lembrando braços humanos de um trabalhador que morreu ali pertinho, construindo mais um prédio da Universidade Federal de Santa Catarina.

Do lugar em que as raízes se enfonham na terra, avista-se o esqueleto de concreto onde Joelson de Moura perdeu a vida. Vida breve, de apenas 31 anos. Foi em 3 de maio de 2011, por volta das 10h35min, dois dias depois da data em que se comemora mundialmente o Dia do Trabalhador. Obscurando o humano, o

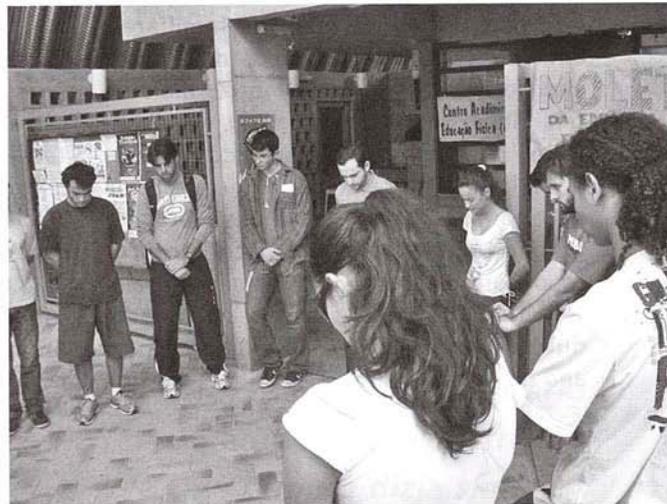
calendário oficial, é claro, registra 1º de maio como Dia do “Trabalho”. E, quase sempre, as mortes no trabalho acabam configuradas como “acidente”.

Joelson de Moura morreu soterrado por uma viga que desabou. O prédio em construção, de quatro andares, situa-se na área do Centro de Desportos da UFSC (CDS), que utilizará o edifício para atividades administrativas. E foram alguns estudantes do CDS, organizados no Centro Acadêmico de Educação Física (CAEF), que impediram que essa morte passasse em branco na universidade, acostumada a guardar silêncio sobre quase tudo o que incomoda a oficialidade. Para que fato grave como a morte de um homem não ficasse inscrito no terreno da fatalidade, como se não houvesse responsáveis por isso, estudantes, poucos, insubstituíveis, deram

vida, dia 12 de maio, a um ato público, com a presença de Anilton, irmão de Joelson, e de sua mulher, Margareth.

“Não é normal um trabalhador morrer no seu local de trabalho”, disse, enternecida, a estudante de Educação Física Priscyla Queiroz. “Estamos aqui para romper o silêncio e porque vemos o outro como extensão de nós mesmos. Por isso, perguntamos: O que vale a vida de um trabalhador? Qual é o significado da vida de um trabalhador?”

No palco de relva, antes que a terra fosse rasgada para receber as mudas de pitangueira e ipê, Felipe Pessoa, outro estudante, com sua voz juvenil, restaurou o mistério poético de “O operário em construção”, nos versos universais de Vinicius de Moraes:



*Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão...*



O operário Joelson trabalhava há pouco tempo na construção civil, lembra Margareth. Com olhar perdido, imersa nas recentes recordações da dor, a mulher conta que eles vieram, com os três filhos, de Morretes, cidadezinha histórica do litoral paranaense. Na grande Florianópolis, o marido encontrou trabalho, mas durou apenas um ano na lida que lhe

arrancou da vida, em meio a um estrondo de concreto em queda livre. Bem que Joelson intuía que algo não ia bem naquela obra, contam os familiares. Poucos dias antes da morte, mais de uma vez ele disse- ra aos colegas de trabalho que havia algo esquisito naquela construção. Esta obra, ele falava, tem algo errado, não está segura.

No dia em que

Joelson morreu soterrado, a filha mais nova, Maria Eduarda, completava seis anos de idade. Ficaram também órfãos o menino Paulo, de oito, e a adolescente Kethlyn, de 12 anos. No fim do ato, a mãe das crianças teve a delicadeza de fotografar, com o celular, as mudinhas recém plantadas. "As crianças vão pedir para ver... Elas até queriam vir aqui hoje..."



*Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua com seu passo tímido
Subiu a construção como se fosse máquina...*



Sobre a morte, a imprensa informou que, quando a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros chegaram ao local, já não havia nada a fazer. A notícia que saiu no portal da UFSC na internet ("Acidente em obra terceirizada mata operário na UFSC"), publicada em 3 de maio de 2011, diz:

"As poucas informações disponíveis dão conta de que o empregado fazia a inspeção em cima de uma viga quando esta desabou, trazendo junto todas as demais, sendo que uma caiu sobre ele. O bombeiro George Ferreira, que coordenou o resgate, disse que os soldados fizeram

uma alavanca com partes destruídas da estrutura para retirar o corpo." A nota informa que "o projeto estrutural foi contratado em 2010 pelo Departamento de Obras e Manutenção Predial da UFSC" e que a assessoria de imprensa da Cassol "emitirá nota sobre o acidente".



Mas a apuração das responsabilidades, como fica, perguntam os estudantes? Eles encaminharam à direção do Centro de Desportos um ofício solicitando esclarecimentos. Não há como reparar a perda de um homem, insistiram durante o ato, “mas a obra é terceirizada, construída com recursos públicos da universidade, e é difícil imaginar que a UFSC não tenha responsabilidade pelas obras que contrata.”

Até agora nenhuma nota pública da reitoria esclareceu a comunidade sobre os acontecimentos, sobre as responsabilidades pelo projeto de execução da obra, fiscalização e prevenção de acidentes, muito menos sobre a assistência à família do operário morto. Saiu, no entanto, na mídia, a declaração de um pró-reitor sobre o fato de estarem sendo negociados os prazos para recuperar o tempo

perdido na obra, que deve sofrer atraso.

Mas os estudantes prometem não esquecer essa vida perdida em meio aos escombros. Os que organizaram o ato estão passando o abaixo-assinado no campus, solicitando que ao prédio seja dado o nome de Joelson de Moura, mais um trabalhador invisível que perdeu a vida no seu local de trabalho. Aos pés das mudas que se enraízam no chão, se comprometeram a colocar uma placa com o nome do operário e das árvores que crescem em sua memória.

A pitangueira foi doada por trabalhadores da UFSC que cuidam das plantas do campus. A plantinha de ipê, como lembrou o professor Edgard Mattiello Júnior, foi oferecida por outro docente do curso de Educação Física, Paulo Capela. A muda lhe fora doada por um morador do Alto da Caieira, antes

que sua casa, declarada irregular, fosse demolida pelo poder público. As irmãs do pequeno ipê são árvores frondosas, e o homem que cuidava delas, ao doar a mudinha, disse ter certeza de que ela encontraria o seu destino. E encontrou.

Ao lado da pitangueira, o rebento de ipê agora afunda raízes na terra e, como no poema de Vinicius, como tudo que cresce, ela não há de crescer em vão. Ela há de crescer em alto e profundo. Em largo e no coração. Para recordar todos os trabalhadores que morreram no trabalho. E para lembrar que “operários em construção” também hão, quem sabe um dia, como nos versos do poeta, começar a dizer não!

**Textos citados:
“O operário em construção”, de Vinicius de Moraes, e “Construção”, de Chico Buarque.*



***E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.***



Mais fotos do ato:

<http://img801.imageshack.us/g/20110512034.jpg/>

Abaixo-assinado

on-line à disposição no endereço:
<http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/8749>

Não faça o certo para que façamos errado

Sindicato dos Bancários protesta contra descumprimento da
Lei de Filas e demissão de bancário no Banco do Brasil

Texto e fotos: Osiris Duarte,
de Florianópolis



A forma como as instituições do sistema financeiro lidam com o cidadão demonstram o quanto não há preocupação em fomentar a honestidade e a lisura na sociedade brasileira. No dia 26 de maio, uma tarde ensolarada, dirigentes do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região precisaram “fechar o tempo” e paralisar as atividades da agência Nereu Ramos do Banco do Brasil. Tudo para chamar alguma atenção para um fato, no mínimo, incoerente: a demissão de um bancário acusado de denunciar ao PROCON o não cumprimento da Lei Municipal das Filas por parte do banco.

Junto com os sindicalistas estava o diretor do PROCON Municipal, Tiago Silva, convidado pelo Sindicato para o ato. Mesmo assim, com apoio de órgãos competentes e mobilização dos trabalhadores, o Banco do Brasil deu de ombros, assinando embaixo na incoerência e mantendo a decisão de represália, demitindo o bancário.

Muito dinheiro e muita mesquinha

Entre os grandes conglomerados financeiros nas Américas, os bancos brasileiros apresentaram as maiores taxas de rentabilidade considerando os resultados obtidos no primeiro trimestre, aponta um levantamento da consultoria Econômica.

A consultoria fez um recorte a partir de um critério exigente: ativos totais superiores a US\$ 100 bilhões, o que restringiu a amostra a apenas 19 “gigantes” financeiros: desse montante, somente quatro não têm a operação principal sediada nos EUA: os brasileiros Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e a filial brasileira do grupo espanhol Santander. O BB, somente no primeiro trimestre do ano, teve um lucro de 3,5 bilhões de reais, mais de 9% de crescimento em relação ao mesmo período no ano passado.

O lucro do Banco do Brasil em 2010 foi o maior da história dos bancos no país, segundo estudo da consultoria Econômica. O banco público teve um ganho de R\$ 11,703 bilhões no ano passado, uma alta de 15,3% sobre os R\$ 10,148 bilhões de 2009.

Bancário não quer só aumento de salário

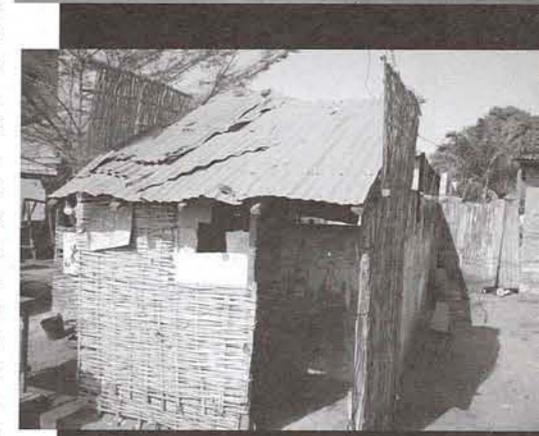
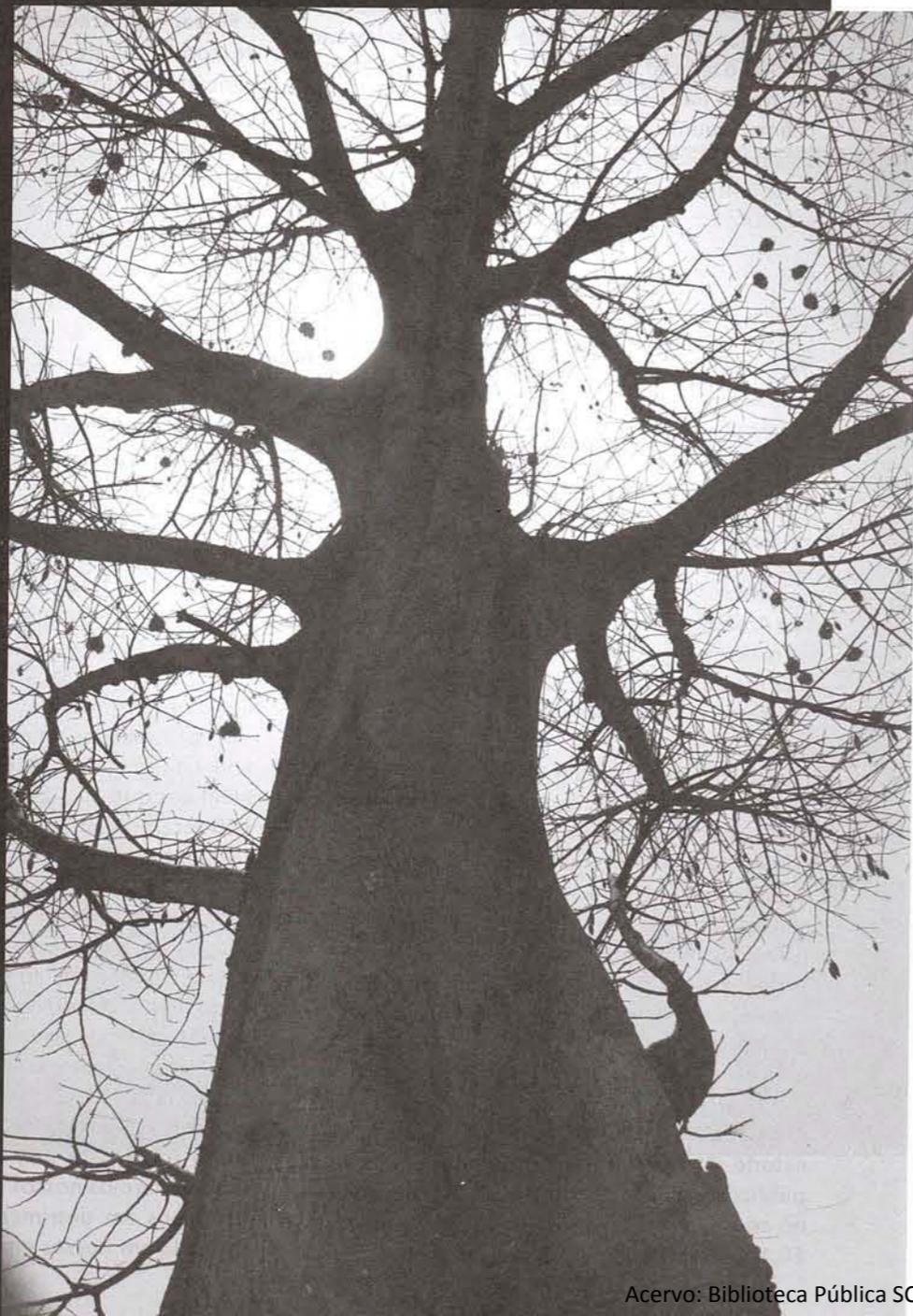
O Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região vem travando a batalha por melhoria de condições de trabalho e de atendimento bancário há alguns anos, já que mesmo com a aprovação de leis que coíbem as más práticas dos bancos o abismo entre a legislação e a prática ainda se mostra muito grande.

O Banco do Brasil demonstra incoerência com relação às ambições e pretensões que assumiu, incorporando bancos em todo o país, mas não adequando sua estrutura funcional de forma que dê conta do crescimento de sua máquina. Tal incoerência na gestão do BB demonstra uma falta de preocupação com o cumprimento das leis e com a qualidade de atendimento à população. Infelizmente esse tipo de comportamento não é exclusividade do BB. Em todo o país banqueiros reproduzem métodos opressores, desonestos e aviltantes, empurrando trabalhadores e população para um beco quase sem saída.

A luta da categoria bancária vai muito além de melhores salários, ao contrário do que alguns insistem em alardear. O sistema financeiro e suas práticas desumanas são responsáveis pelo endividamento de milhares de brasileiros que, além das dificuldades financeiras do cotidiano, enfrentam a exploração de bancos que cobram taxas absurdas – das maiores do mundo – e que ainda por cima se negam a cumprir as leis, oferecendo serviços sem a qualidade mínima exigida pela legislação. E quando se tenta, seja como cidadão ou como trabalhador, fazer o certo, denunciando os desmandos, combatendo as más práticas, nos resta, como no caso desse bancário corajoso, o desemprego e o descaso. Quem sabe se todos nós tivéssemos um pouquinho da coragem desse homem, o sistema não teria tanta força para nos oprimir até o ponto de abandonarmos nossos princípios e valores mais profícuos em detrimento de uma chantagem baseada em nossos empregos.

África, mosaico de história e beleza

Texto e Fotos: Osiris Duarte,
da África Ocidental



A té pouco tempo atrás, quando pensava em África, me vinha logo à mente coisas como fome, guerras e vida selvagem. Acredito que esse tipo de referência seja igual a de grande parte dos brasileiros quando se fala do continente africano. Mas mal sabia eu que, em pouco tempo, esses referenciais mudariam para mim. Em fevereiro de 2011 estive em Dakar, capital do Senegal, país na África Ocidental, para realizar a cobertura jornalística do 11º Fórum Social Mundial (FSM) como enviado especial de Sindicatos de Santa Catarina. Além do Senegal, pretendia conhecer outros países próximos como Cabo Verde e a Guiné-Bissau. O FSM foi apenas uma desculpa, uma porta de entrada para um mundo novo e ao mesmo tempo familiar. Foi em terras africanas que obtive o reforço de valores que cada vez mais ficam raros, escassos... Lá, além de uma lição de história, tive um bocado de preconceitos jogados no lixo.

Dakar e o Fórum Social Mundial

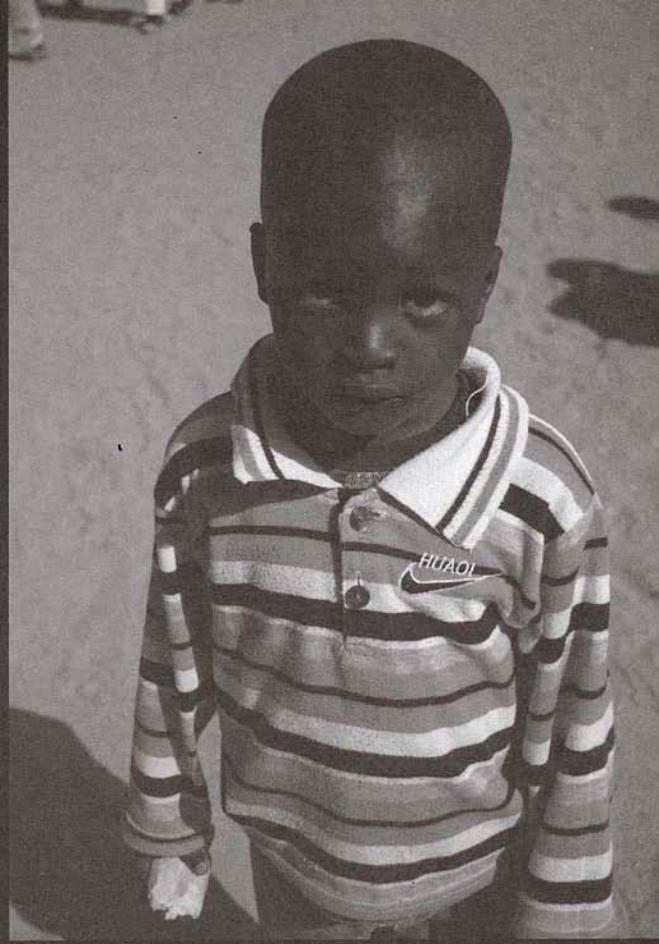
O FSM foi realizado de 6 a 11 de fevereiro, no campus da Universidade Cheikh Anta DIOP (UCAD). O evento foi marcado pelos vários protestos contra os regimes ditatoriais em países do norte da África, como Egito e Tunísia, além de mobilizações de outros povos africanos por justiça, direito de livre manifestação e expressão, desenvolvimento econômico e equidade social no continente. Dada a conjuntura política, econômica e social da África, realizar o FSM no continente conferiu um peso e uma relevância fundamentais para os propósitos do evento. Apesar de na América Latina o contexto não ser tão diferente, na África encontrei uma realidade muito mais urgente no que diz respeito a transformações

sociais, políticas e econômicas.

A história de intolerância no trato dos governantes para com o povo africano está ligada diretamente à história tribal, religiosa e colonial do continente. No passado a diversidade étnica e a luta por recursos e terras eram responsáveis pela manutenção de conflitos e, posteriormente, pela escravização dos povos africanos. Com a chegada dos europeus o panorama se agravou. Usando as disputas tribais e a ganância de alguns líderes locais, os europeus abriram o mercado escravo africano para o ocidente, mercado esse iniciado pelos árabes. Ao largo da costa do Senegal, em frente a Dakar, fica a ilha de Goreé. A ilha foi, entre os séculos XV e XIX, um dos maiores centros de comércio de escravos do continente. De lá partiram rumo às Américas cerca de 25 milhões de africanos escravos. Depois de deixar o FSM e o Senegal para trás, segui meu caminho rumo ao arquipélago de Cabo Verde, a 640 km do Senegal e da Guiné-Bissau. Lá fiquei mais uma semana, desfrutando de um país tranquilo, pacífico e que lembra muito o Brasil em determinados aspectos.

Em Cabo Verde existe tempo para o tempo

O vento soprava tão forte na cidade de Praia, capital de Cabo Verde, que o sino da igreja na zona do Platô batia fora de hora. Uma badalada ao sabor do vento me trazia à cabeça a sensação de que tempo em Cabo Verde parecia ser algo trivial, sem muita relevância. Talvez o sino batendo de acordo com as rajadas do Atlântico fosse a analogia perfeita dos critérios de tempo nessas ilhas da costa ocidental africana. Em vez dos relógios e lógicas matemáticas do ser humano, era a natureza quem determinava quando o badalo da igreja devia marcar as



horas. Sem tempo para o tempo dos homens, mas com tempo suficiente para desprezar o tempo e fazer dos minutos apenas brisas durante as manifestações da existência.

O clima seco e o solo árido de Cabo Verde lembram as paisagens desérticas estadunidenses, ou até mesmo as regiões mais secas do semi-árido do nordeste brasileiro. A falta de água doce natural em todo o arquipélago, que se abastece de água des-salinizada, fez com que o país acabasse sendo um lugar dependente da importação. As ilhas do arquipélago contam dez no total, sendo nove delas habitadas. Em Santiago, principal ilha do país, onde fica a capital, Praia, o relevo é escarpado, com morros que se juntam formando vales secos. A capital administrativa do país conta com a beleza das construções portuguesas quase intactas. Além das construções históricas se come bem na cidade, cheia de cafés charmosos, praças bem cuidadas e dias de sol intermináveis, intercalados por um frio surpreendente à noite. Esse é um cenário comum em todas as ilhas do arquipélago, que foi, dos países que conheci, o mais desenvolvido. O fato de Cabo Verde ter apenas 500 mil habitantes e o interesse dos europeus nas belezas naturais do país, que cada vez mais atraem um maior número de turistas para o arquipélago, principalmente na ilha do Sal, colabora para o grau de desenvolvimento de Cabo Verde

em relação a outros países do continente.

Na Guiné-Bissau

Caminhando pelas ruas de Bissau, Capital da Guiné-Bissau, tive muitas vezes a impressão de que a guerra civil no país havia acabado apenas um dia antes. A Guiné-Bissau enfrentou mais de 30 anos de guerra pela libertação de Portugal e alguns golpes militares no país até poucos anos atrás. Com construções em ruínas e poucas estruturas básicas de atendimento à população, como abastecimento de água, energia elétrica e saneamento básico, Bissau é um contraste desolador quando temos como referencial o povo guineense. Parece que há falta de tudo e o clima de terra abandonada não se encaixa com a cultura, inteligência e bondade daquele povo.

Numa casa feita de tijolos de barro batido e telhado de zinco vive a família Seide. Fiquei hospedado na casa deles durante cinco dias. Mulçumanos, os Seide rezam cinco vezes ao dia com disciplina e fervor. As paredes da casa são brancas e o chão é bem limpo. A comida – quase sempre só arroz – é feita em um pequeno braseiro, com lenha. Na frente da casa existe um poço, assim como em quase todas as casas do Bairro Militar, em Bissau. Assim como em quase toda

a cidade, o bairro não conta com serviços básicos de atendimento à população. Mesmo com toda a destruição e a falta de serviços públicos, a vida da maioria dos guineenses é simples, bem-regrada e ordeira. A imagem negativa que os veículos de imprensa internacionais passam da Guiné-Bissau e de outros países na África destoa da realidade que transparece do povo, pacífico e modesto.

Talvez o ritmo da recuperação – mesmo depois de décadas de intervenção internacional sob o argumento de ajuda humanitária – é que não corresponda às necessidades e ao mérito do povo guineense. Enquanto coletava minhas impressões, na imprensa surgiu a notícia de que uma comissão do governo da Guiné-Bissau estava em comitiva na Europa e com encontro marcado na ONU para tentar impedir que a comunidade internacional impusesse mais uma sanção econômica contra o país. O argumento das Nações Unidas era com relação aos episódios de março de 2009 e abril de 2010, que incluem o assassinato do ex-presidente João Bernardo Vieira, e com relação ao tráfico de drogas no país. Para mim sempre ficava a estranheza dos argumentos para uma intervenção tão pouco produtiva e repressora da comunidade internacional. Via um país em ruínas, precisando de ajuda, e não entrava

na minha cabeça que sanções econômicas resolveriam qualquer coisa.

A influência da cultura brasileira na Guiné-Bissau também é forte. Canais de televisão brasileira estão entre os de maior audiência no país, assim como em Cabo Verde. Mas essa expansão de produtos e ideologias do capitalismo ocidental que, na visão de alguns, é o caminho do desenvolvimento, lá não me pareceu mais do que uma nova forma de exploração, já que o potencial de mercado do continente não corresponde à necessidade do povo africano. As necessidades criadas no imaginário da população não são correspondidas com o tipo de apoio dispensado ao país. Não consegui responder com argumentos dignos as perguntas sobre qual era o real papel das inúmeras ONGs estrangeiras, veículos das Nações Unidas e pretensos “investidores estrangeiros” que circulavam pelas ruas de Bissau com mapas detalhados do país nas mãos.

Minha estada na África, apesar de curta – apenas 22 dias – foi transformadora. O pouco tempo de convívio com os africanos foi o suficiente para me dar conta de como formamos opinião sem propriedade. As distâncias físicas, quando transpostas, podem romper também com as distâncias da mente e do coração.

Deixo aqui, nesse relato particular, minha esperança de que vejamos esse continente, berço da humanidade, com um olhar menos preconceituoso e mais responsável. As ideias formadas pelas informações que temos aqui, desse lado do Atlântico, estão condicionadas a uma realidade e a uma forma de pensamento e comportamento que não condizem com a realidade africana. Por isso sempre corremos o risco de sermos injustos ou de formularmos opiniões que não corroboram com a verdade.

Deixei para trás muito do meu eu burguês e do meu pensamento ocidental naquele continente. Lá, aprendi que felicidade é, sim, um alimento para seguir em frente, não apenas um sentimento egoísta de quem se convalesce com as mazelas humanas. No sorriso dos africanos, apesar de toda a adversidade, encontrei o significado do que é ser feliz. Porque lá se sorri de graça e, mesmo com as lágrimas, é possível encontrar uma força inexplicável naqueles dentes brancos e fartos, emoldurados por rostos negros, que fizeram com que eu ainda persista na crença de um novo mundo possível, sem precisar adotar o lema do FSM apenas como uma bandeira política, mas sim como uma luta que diz respeito a toda a complexidade que compõe essa misteriosa realidade de ser humano.

Nosso eu africano

A cidade encantada

Texto: Míriam Santini de Abreu, de Florianópolis

Ilustração: Camila Bion de Assis

Foi naquele verão, no Atacama, norte do Chile, que pensei encontrar a solidão e o silêncio do deserto. Mas havia ruído por toda a parte. Gente em todo o lugar. Neste junho outonal, estive em São Francisco de Paula e, na Serra Gaúcha, na beira de um magnífico perau - nome que a gente de lá dá aos precipícios - encontrei o quase-silêncio.

Eu, somente, uns pássaros, vento assoviando. Com os olhos aspirei, com os ouvidos senti o aroma da mata, na boca o gosto de um súbito rajar de sol no alto do desfiladeiro. Ali, quebrei o quase-silêncio para ler, em voz alta, um poema de Thiago de Mello, que arquitetou as palavras que desejo para a minha cidade: "Uma cidade onde possas cantar quando o teu peito pa-

recer, a ti mesmo, ermo de cânticos (...)"

Sim, assim a quero. Como no nome da mais bela livraria que já vi, a Miragem, na rua Júlio de Castilhos, em São Francisco de Paula, quero uma miragem, e concreta. Quero encontrar, apalpar, sentir todos os nós, as rugosidades, as farpas, a grama macia, as árvores e canteiros cheirosos, as aves e cães, o suor das mulheres e homens que fazem das ruas rumo e destino.

A pequena Camila fez o desenho nesta página e nele eu encaixei a porta da minha cidade imaginada, da minha miragem, a porta de um prédio onde refugiam-se livros. Numa esquina há pão quente; noutra, um banco onde sentar e observar o beijo de um casal, ardente sob a claridade da luminária; mais adiante, no casarão com

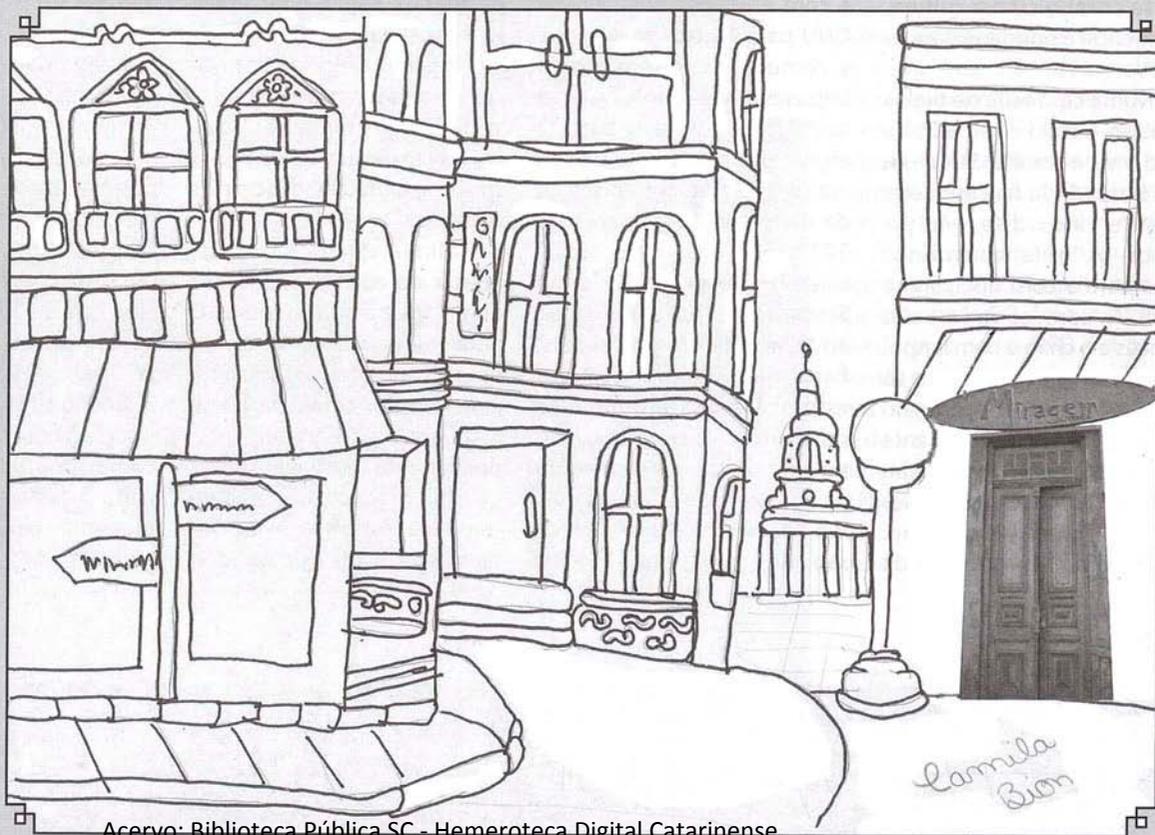
grandes janelas, uma mulher, os braços apoiados no umbral, aguardando a chegada dos amigos para o jantar.

Em volta das gentes e das coisas, das rochas maciças, cobertas com árvores enlaçadas, estão rios, lagoas, mar, dunas, manguezais, ostras, peixes, tudo que é vivo por respirar ou por ser doce ao olhar.

Minha cidade, minha miragem, é assim. E, como eu, cada ser é um arquiteto das coisas que ama. E, se as amou, elas não morrem. Que cada um abra a porta pesada desta miragem e, atrás dela, imagine e construa uma cidade onde caibam todas as gentes, na sua dor e prazer, onde haja silêncio, quase-silêncio, peraus e luz.

É como o convite no cartão-postal da livraria Miragem: Entre

* Crônica dedicada aos lutadores sociais de Florianópolis, que sabem fazer da vida, presente único, um projeto coletivo, e à proprietária da livraria Miragem, Luciana Olga Soares, que faz o mesmo por São Francisco de Paula.

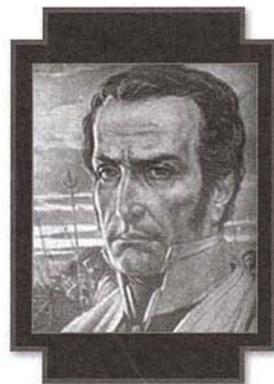




Artigas, o protetor dos povos livres

Texto e fotos: Elaine Tavares,
de Montevideo, Uruguai

N o Rio Grande do Sul é assim, a gente cresce ouvindo as histórias dos tauras, dos gaúchos, dos charruas, minuano, essa gente única que fez a história da pampa. E, na infância, é comum que as brincadeiras reproduzam a saga dos heróis gaudérios e das heroínas de cor de cuia e alma de ferro. Quem nasce na fronteira traz marcado na pele e no espírito a tormenta, a ventania, a coragem, o destemor, coisa de quem só consegue mirar o horizonte. Ali, na beira do rio Uruguai, quando é noite, as fogueiras e o chimarrão aquecem as rodadas de história e se contam as batalhas de Juana Azurduy, Guyunusa, Tacuavé, Artigas, Sepé. Misturam-se os mestiços de espanhol e português e os índios charrua, minuano e guarani. Todos são parte constitutiva deste espaço geográfico que toma parte da Argentina, Uruguai e Brasil: o pampa gaúcho, quase uma pátria.



Um dos heróis dos tempos de "antanho" foi José de Artigas, ou Dom Pepe, como costumam chamar os que lhes têm como íntimo. Nas guerras de criança, feitas com varas de bambu e frutos do cinamomo, sempre havia alguém que queira ser Dom Pepe, porque na nossa velha infância ele já era conhecido como o "protetor". E seu nome era reverenciado nas duas línguas, português e espanhol. Por aqueles caminhos do pampa, "a la orilla del rio Uruguay", Dom Pepe tinha um dia levado seus companheiros índios, negros e brancos pobres na direção de um sonho que ainda não se cumprira: a liberdade.

E foi marcada com estas imagens de um tempo muito antigo que desembarquei em Montevideo, Uruguai, terra pela qual Artigas deu seus melhores anos. Levava comigo a vontade de compreender porque este homem feito de doçura e aço havia se tornado um mito. E, nas conversas de rua, descobri. Artigas era o homem que havia sonhado com uma pátria grande, tal qual Bolívar, e neste sonho conseguiu arrebatá-lo o coração e a mente de milhões de pessoas, que o seguiram pelo Uruguai adentro em uma caminhada épica pela conquista da soberania. Mas essa gente que o seguiu não era uma gente qualquer. Era a maioria oprimida, cheia de fome e sede de liberdade. Com Artigas seguiram os indígenas, os negros e os pobres, porque Dom Pepe não era

*"Mi
autoridad
emana de
vosotros y
ella cesa
por vuestra
presencia
soberana."*

só um general, ele era um igual, disposto a constituir uma pátria desde baixo, de riquezas repartidas e vida digna para todos. Não foi sem razão que acabou traído. Mas a vereda que abriu no meio do povo nunca mais se fechou. Mesmo hoje, nas “calles” bonitas da cidade grande, ou nos caminhos de terra do interior, Artigas vive, tão visionário quanto antes.

A história

Corria o ano de 1764 quando José de Artigas nasceu, no dia 14 de junho. Cresceu livre, dividindo as tolderias com o povo charrua que vivia nas cercanias da casa de seu pai, este também já estabelecendo convivência respeitosa com os originários. Tinha sede de caminhos e, quando, bem ali perto, no ano de 1781, o inca Tupac Amaru iniciava sua heróica rebelião contra o domínio espanhol, ele, juvenzinho, decidia partir de casa, em busca de uma coisa que ainda não nominava em seu coração. Seu lugar de aconchego foi mais uma vez as tendas charrua, onde aprendeu sobre a arte da guerra. Contam os historiadores que naqueles dias Artigas vivia como “contrabandista” e os soldados andavam ao seu encalço. Ele os atacava e venciam com as táticas dos índios charrua, feitas de surpresa, camuflagem e gritaria. Porque, afinal nos tempos de ditadura colonial, o contrabando era uma espécie de reação natural contra o sistema restritivo espanhol. Coisa de homens e mulheres que perscrutavam a liberdade. Assim viveu, entre paisanos e índios, na vida simples, transformando-se em exímio ginete, e foi aí que consolidou sua liderança entre os empobrecidos da Banda Oriental.

No ano de 1797 ele decide que é hora de lutar de maneira orgânica contra o domínio espanhol. Mesmo internado na pampa oriental, ele sabe muito bem dos levantes indígenas no alto Peru, da rebelião de Francisco Santa Cruz y Espejo em Quito, de Antonio Nariño em Nova Granada e de José Maria España em Caracas, exigindo o fim dos impostos para os indígenas. Sente que é chegada a hora de organizar melhor a luta. Então, se apresenta, com seu exército, ao corpo de Bandengles, um batalhão do exército. É acolhido como um trunfo, visto que é conhecedor da alma gaúcha e indígena, além de dominar toda a geografia da Banda Oriental do que ainda é o vice-reinado do Rio da Prata. Devido a sua firmeza e liderança, em pouco tempo já é comandante e quando chega o ano de 1810, que vai demarcar uma viragem

na história da região do Prata, Artigas é um capitão dos Bandengles.

Os entreveros na região do Prata começam no final do setecentos, reflexo do teatro de conflitos da Europa. Em 1776 os ingleses invadem a região, tomando as ilhas Malvinas, visando garantir o domínio sobre os mares do sul. Esta investida inglesa teria desdobramentos significativos para toda a região. Em 1801, portugueses e espanhóis lutam pelos territórios do sul até que um tratado entrega a região das missões aos espanhóis. Outro momento de perda. Espanha adere ao “livre comércio” proposto pela Inglaterra e abre os portos das colônias, quando Buenos Aires inicia também sua rixa com o porto de Montevideú. Napoleão vai ocupando territórios na Europa e as colônias, para sobreviver, incrementam o comércio com a Inglaterra. Muita gente começa a enriquecer, assomando uma classe de comerciantes que já não quer mais saber de ser “servo” de Espanha.

Incentivada pelo domínio, que já era grande, a Inglaterra decide conquistar a região do Prata no ano de 1806, mas é violentamente rechaçada pelo povo armado. São criadas milícias em Buenos Aires, muito maiores do que o exército oficial espanhol. O povo assume a luta. Na região do que hoje é o Uruguai, é Artigas quem vai comandar as gentes, trazendo para seu grupo de defesa os valentes charruas, minuanos, tapes e negros. Esse espírito de corpo criado nas batalhas contra os ingleses será o caldo que engrossará a luta pela independência. Na Europa segue a confusão, o rei espanhol é aprisionado por Napoleão e as colônias percebem que é chegada uma hora histórica. O primeiro passo é tímido. Criam-se as Juntas Governativas, ainda atuando em nome do rei, tentando salvar as colônias do mundo novo. Mas, na medida em que as gentes vão percebendo a possibilidade de se libertar de vez do jugo espanhol, as juntas vão assumindo novas funções. Montevideú também cria uma junta e começa a se distanciar do domínio de Buenos Aires.

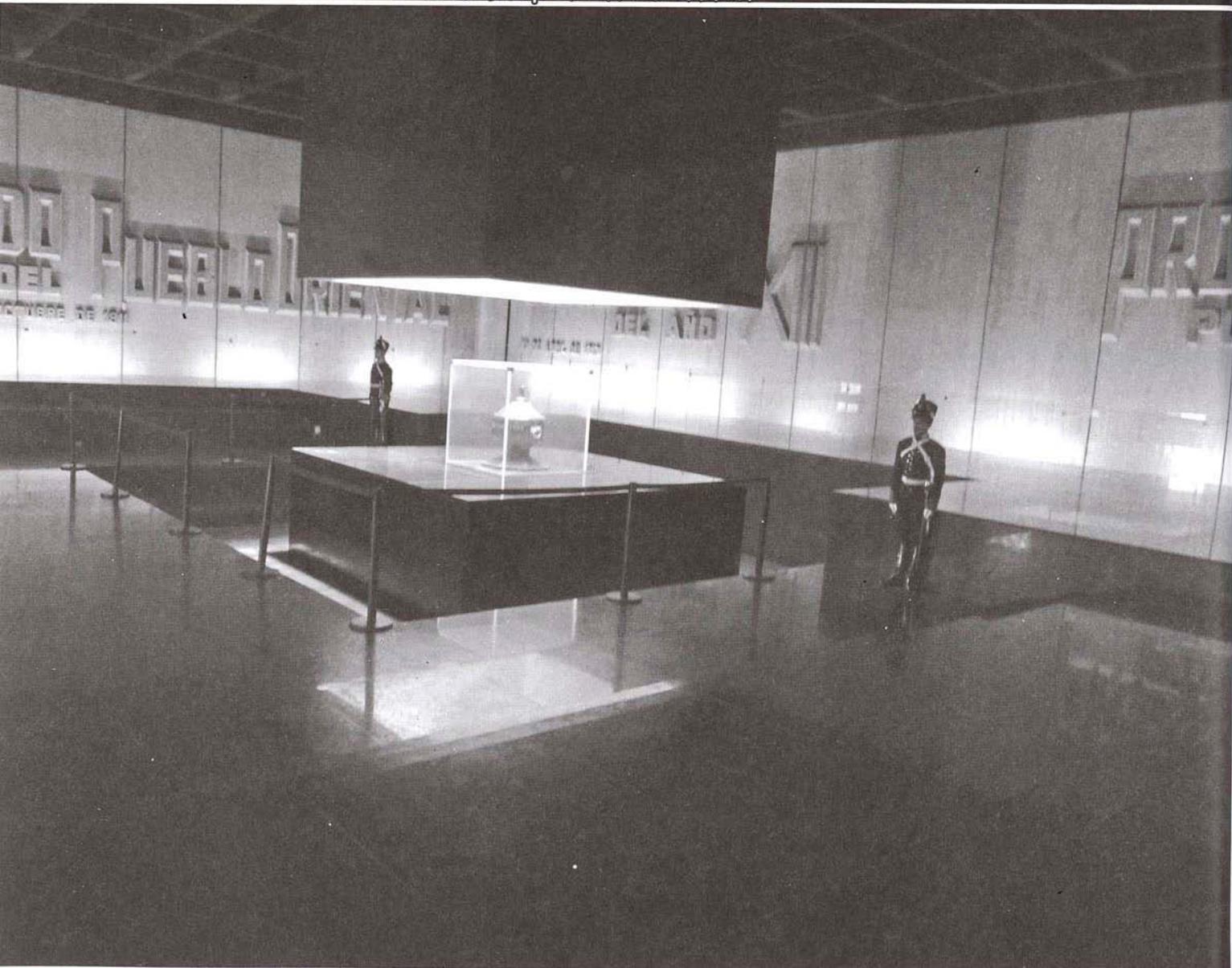
Montevideú estava colocando em voga um plano desenhado em 1800 por Félix de Azara que consistia em deter a desestabilização social da região oriental, bastante insegura por conta das disputas fronteiriças com Portugal. Na proposta estava a cessão de terra aos indígenas, a repartição das terras em pequenas propriedades para os que nela trabalhassem, o fim do latifúndio, e a criação de escolas e igrejas no interior, garantindo terra aos professores que se dispusessem



a adentrar pelo território. Artigas andava nestas andanças, conversando com as gentes, convencendo. Queria criar uma nação de gente livre, dona de suas terras, e estabelecer os direitos indígenas. Era uma coisa muito difícil de ser engolida pela elite fazendeira que sempre vivera à larga, habituada à servidão dos pobres.

Na região do Prata, o mês de maio de 1810 marca o início de uma revolução que de alguma maneira

já vinha sendo parida. Reunidos na praça central de Buenos Aires, governantes e povo decidem dar outro rumo ao seu destino. Não mais servir à Espanha, mas iniciar uma caminhada soberana. A Junta de Buenos Aires nasce para romper com o domínio colonial. Montevideu já tinha sua junta e a região do Paraguai cria a sua em 1811 já propondo o estabelecimento de uma Confederação no Prata. As tropas fiéis ao rei reagem e começa a guerra de independência com a



aparição de figuras importantes como os generais Belgrano e Guemes, que iniciam sua escalada de vitórias no sul. Em 1813 Simón Bolívar tenta iniciar movimento semelhante em Caracas, mas é vencido e vai para o exílio. Quando chega 1815 praticamente toda a colônia espanhola está dominada pelos realistas, exceto a área do rio da Prata. É neste momento, com Simón já de volta, que se inicia o movimento de subida do sul, com o general San Martín e Bolívar no norte, dando seqüência a um domínio de libertação.

Estabelecida a independência é Bolívar quem vai

propor um conceito original de organização política baseado na confederação de Estados. "As leis devem levar em conta o físico, o clima, o terreno, a extensão e o gênero de vida dos povos", dizia. E reforçava: "Não há se de esquecer jamais que a excelência de um governo não consiste em sua tese ou forma, nem em seu mecanismo, mas em ser apropriado à natureza e ao caráter da nação para o quem se institui. Esse é o código que devemos seguir, não o de Washington". Sua observação se fazia porque havia muitos que queriam simplesmente copiar a Constituição

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense



dos Estados Unidos. Bolívar já insistia com a idéia de sermos originais.

O Uruguai de Artigas

De todos os revolucionários que se levantaram em armas contra a colônia, Artigas foi o mais radical, completamente convencido das teses de Bolívar. Talvez porque desde menino já tivesse abdicado da herança de ser um “filho de fazendeiro” para se juntar, livre, as hostes dos indígenas, paisanos e gaúchos que dominavam as terras da banda oriental. Estes, no dizer do historiador Vicente Rossi, os primeiros a terem noção de pátria nestas plagas. Durante todo o processo de guerra da independência, Artigas esteve à frente do Batalhão Blandengues, disputando palmo a palmo a política que vinha de Buenos Aires. Não era só um bom soldado, ele pensava e propunha, portanto, era um perigo para os que já se arvoravam em donos do “mundo livre”. Seu programa para a região oriental seguia a tese de Bolívar, estava baseado na realidade econômica e social. Seu pressuposto básico era a participação ativa da comunidade no governo. O mandar obedecendo, tão caro aos indígenas, havia sido completamente incorporado por Dom Pepe. Por outro lado, nas bandas de Buenos Aires o que imperava era o interesse dos estancieros e dos comerciantes ligados à Inglaterra.

O Uruguai, ainda Artigas à frente de suas tropas, agia e pensava diferente. Já em 1810, quando souo o primeiro grito de guerra, mil patriotas sob o comando de Dom Pepe, armados apenas de facas, na comunidade de Las Piedras, venceram 960 soldados espanhóis muito bem armados. O exército de Artigas, formado por 1.500 veteranos e cinco mil orientais, peleou por mais de cinco meses, sem descanso. Os protagonistas da liberdade naquelas bandas não foram os representantes da elite crioula. Foram as gentes comuns, os marginalizados, os indígenas, os negros, os empobrecidos. E eles estavam com Artigas desde as primeiras escaramuças com Portugal na fronteira. Eram quase como uma muralha invencível, com Artigas sendo muito mais do que um comandante. Dom Pepe era profundamente amado pelas fileiras de homens e mulheres que o seguiam com fervor quase religioso. Quando perderam suas terras, com o tratado de Portugal e Espanha, que deu a Portugal a posse da região das Missões, eles queimaram suas casas, juntaram as tralhas e saíram, com Artigas,

rumo a algum lugar não-sabido onde pudessem ser livres. Artigas os reverenciava, chamando-os de “povo de heróis”.

A política de Dom Pepe com o povo que o seguia, acampados nas tolderias, era a da soberania popular e da autodeterminação. Ele não permitiria qualquer passo atrás. Ao longo dos anos de luta na pampa uruguaia aquela gente gestou uma consciência de classe, de pertencimento, que acabou se refletindo em todos os acontecimentos, até o massacre final perpetrado pelo então recém-formado governo do nascente estado uruguaio. Nos acampamentos de Artigas todas as coisas eram discutidas abertamente, cada soldado, cada mulher, cada ser, tinha direito a voz e voto. Era essa gente que deliberava, Dom Pepe apenas cumpria. No primeiro grande êxodo, quando o povo seguiu com ele pelo lado norte do rio Uruguai, Artigas chegou a criar uma entidade sociológica, a qual dizia obedecer. Era o “povo oriental em armas”. Nunca traiu os seus companheiros.

Seu plano militar era retomar as missões e fechar o passo dos portugueses ao Paraguai. Sua tese era a do autonomismo das províncias, unidas numa Confederação. Por conta disso ele lutou com os espanhóis e, depois, com os buenaireses. No famoso acampamento livre de Ayuí, onde fazia seu quartel-general, já dava consequência a estas práticas. Ali, mais de mil almas conviviam em paz e trabalho organizado. Deste número, mais de 400 eram índios charrua – uma das mais aguerridas fileiras do exército artiguista – e também havia os gaúchos, os tapes, os guarani, os minuano, as famílias pobres, pequenos fazendeiros, padres e até alguns espanhóis. A democracia era exercida cotidianamente e disso ninguém mais abria mão.

No pós-guerra, Artigas ainda tentou levar a idéia de autonomia, soberania popular e pacto federativo, decidida em assembléia, para Buenos Aires, mas os deputados da banda oriental não foram reconhecidos como legítimos representantes. Artigas ficou isolado e não aceitou qualquer outra proposta que não fosse aquela tirada pela assembléia. Foi aí que se rebelou contra as forças portenhas. Em 1815 o Uruguai, sob o comando da gente de Artigas, era território liberado. A província foi dividida em departamentos, a justiça foi organizada, os correios, o abastecimento público e a saúde. No seu famoso regulamento estava instituído que os fazendeiros que tinham terras ociosas deviam entregá-la a quem as trabalhasse. A vida se

organizava desde baixo.

Assim, muito mais do que uma mudança de instituições ou de comandos, a revolução artigista representava uma transformação radical nos métodos e práticas de governo. A prioridade era a ação direta do povo. As comunidades elegiam seus representantes de forma livre e era ali, nas assembleias, que se discutiam os temas relevantes da nação. Este sistema foi cunhado como o “sistema dos povos livres”. Pela primeira vez, depois da conquista européia, Abya Yala voltava a ser das gentes. E a proposta defendida por Artigas era tão avançada que ele conseguia manter unidos os povos originários e os descendentes espanhóis sob o mesmo desejo: criar uma pátria nova, livre, soberana, onde cada um tivesse o mesmo poder. Era coisa demais para as elites locais e para os que sonhavam em dominar a região, rica em carne e couro.

A destruição dos povos livres

Artigas era um homem maior que seu tempo e não encontrou, entre os governantes vizinhos, qualquer aliado na luta contra a ganância de Buenos Aires, a sede de conquista do Brasil e o imperialismo inglês. O vigoroso desenvolvimento econômico que o Uruguai apresentou sob o comando dos “povos livres” atiçou a cobiça destes países. Incentivado pelos ingleses o Brasil – que chamava o sistema de Artigas de anárquico – declarou guerra ao líder da banda oriental e ocupou militarmente os portos de Maldonado e Montevideú, inviabilizando o sistema criado por Dom Pepe. Os fazendeiros riograndenses queriam o controle dos portos, os quais cederiam aos ingleses. Buenos Aires, em vez de defender o povo uruguaio que até então fora da sua jurisdição, apóia o Brasil e com isso Artigas fica sozinho, apenas com sua gente. Como aqueles homens e mulheres que haviam conquistado a soberania junto com Artigas jamais se renderiam, eles decidem uma última investida contra o Brasil, em 1820. Perdem! Não há espaço para Artigas e seus livres na nova conformação espacial e política da parte sul de Abya Yala.

A proposta de Artigas é derrotada porque ele ousou ser original. Ele não trouxe para a vida uruguaia esquemas abstratos ou estrangeiros. Ele criou seus regulamentos da experiência real da vida na pampa. Como bem mostram os historiadores Abade, Bruscherá e Melogno (Artigas, su significación en la

revolución y en el proceso institucional iberoamericano), ele primeiro oportuniza que os povos tenham uma vida política concreta e só depois estabelece os arranjos do governo. A nação vem primeiro, coisa viva, real, só depois vem o Estado. Além disso, ele não fica no discurso. Através dos seus regulamentos e das leis que são ditadas, fruto do debate popular, ele dá vida a essa soberania conquistada. “Não há declarações formais de direitos que se preocupem com garantias individuais, com a proteção do fórum dos indivíduos. Todas as decisões são remetidas ao povo e seguem orientações da comunidade”.

Sem apoio, o velho comandante prefere viver em outro lugar. Não suportaria viver como um capacho da Inglaterra que, escanteando o Brasil e Buenos Aires, assume o comando de Montevideú e cria um estado-tampão. Artigas havia apresentado seus planos e experienciado um país cheio de possibilidades. Não conseguiu o apoio da elite, que preferiu aliar-se ao estrangeiro. Então, inicia o segundo grande êxodo e segue com boa parte da sua gente para o território do Paraguai, onde vive ainda mais 30 anos, acolhido por Dom Gaspar de Francia, então ditador perpétuo daquela nação. Parte do povo charrua fica no Uruguai, mas por carregar a marca do artiguismo, acaba vítima de um massacre que ficou conhecido como o “massacre de Salsipuedes”, em 1831. Chamados para ajudar a defender as fronteiras contra os portugueses, eles atendem imediatamente ao pedido. Mas era tudo uma enganação do primeiro presidente da nação recém-criada, Fructuoso Rivera, que ordena o assassinato em massa. Porque, segundo ele alardeava, para justificar seu crime, os charrua eram assim: “malvados, não conhecem freio algum que os contenha, e não se poderia deixá-los livres às suas inclinações naturais”. As inclinações naturais eram certamente a soberania, a liberdade e a democracia. Enterra-se assim uma parte significativa da saga artigista, o povo charrua, verdadeira gênese de toda a proposta autonomista e soberana de Artigas.

Artigas hoje

Proscrito, Artigas viveu mais 30 anos no Paraguai, onde morreu aos 86 anos, em 1850. Lá, vivia como um índio guarani, modestamente, cuidando de sua roça, sempre acompanhado do “negro Ancina”, seu fiel secretário, cantador, poeta, homem que, na verdade, foi sempre o protetor do protetor, ficando com



Artigas até o fim. Vivendo no país de França, que governava também para os pobres e para os índios, Dom Pepe sentiu-se em casa e chegou a casar-se com uma mulher da etnia guarani, com quem teve um filho, Juan Simeón, que na triste guerra da Tríplice Aliança (a guerra mais longa e mais injusta da América do Sul), veio a ser um dos comandantes do exército de Solano Lopez, estando com ele até sua morte em Cerro Corá. Um Artigas, enfim.

A história oficial argentina e uruguaia sempre buscou obscurecer a figura de Artigas, mostrando-o como um bandoleiro, marginal. É que suas idéias eram muito perigosas e contaminantes. Por conta disso, cinco anos depois de sua morte, os governantes uruguaios mandam buscar seus restos mortais desde o Paraguai. Não queriam que se criasse uma lenda. Mas, em 1900, já passada a vergonhosa guerra contra o Paraguai, a elite governante do Uruguai, necessitada de consolidar o estado nacional criado pelos interesses ingleses, busca a popular figura de José Gervasio Artigas, que ainda vivia na memória popular, e apresenta-o como um herói da nação. Sua história começa a ser recontada e ele aparece no panteão da pátria. Mas, na narrativa oficial, Artigas é só um herói de bronze, um homem de leis, perdido da sua faceta popular. Pouco é ressaltado de seu plano de governo, de sua simbiose com os indígenas, de sua capacidade de mandar obedecendo.

Hoje ele está colocado bem no centro de Montevideu, num enorme mausoléu. O lugar é sombrio e grandioso. Gigante, feito em pedra negra, tem nas paredes algumas inscrições referentes à vida de Artigas. Seu nascimento, as batalhas, a data da morte. Coisas prosaicas. Bem no meio, iluminado por uma opaca luz amarela, está a urna com os restos do "protetor dos povos". Ao lado, dois guardas permanecem 24 horas em vigília. Acima, na praça, uma estátua gigantesca, de Artigas montado no seu cavalo Morito, congela o homem de bronze.

A primeira reação de quem entra e já está tomada de amor por esse homem sem igual, o de carne, que andava com os charruas e negros, é de profunda tristeza. Ali está congelado, fora de seu lugar. Dom Pepe era um gaudério, homem do campo, da lida, da ventania, dos horizontes. Toda a sua luta foi pela defesa da terra, coisa sagrada para o povo que escolheu como seu – os charrua, os minuano, tapes, gaúchos, paisanos – gente livre. Parece desrespeitosa com a figura que ele foi essa vida em suspenso, estes restos

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

PAGINA 117

Diario del Uruguay

1849
A
1853

"Esta tierra en pocos años vendrá a ser muy próspera y de provecho". - HERNANDARIAS.



MURIO JOSE ARTIGAS

Sólo cuatro personas acompañaron sus restos mortales

Asunción, 24 de setiembre de 1850

SOLO cuatro personas acompañaron a la tumba los restos mortales de quien fuera el gran caudillo en tierras del Plata: José Artigas. No hubo ni siquiera el corteo fúnebre para este caudillo que muere a los treinta años víctima de su espantoso, en la más absoluta pobreza y en el mayor de los desamparos. Mientras tanto, sus cenizas siguen sin encontrar una fórmula de conservación que les permita vivir en paz. Artigas ha muerto en el lugar que él mismo eligió. Se negó a volver, a pesar de las peticiones insistentes de las autoridades de su país. Cuando el gobierno paraguayo le hizo saber que estaba en libertad de hacer lo que quisiera, él sencillamente expresó su deseo de que le permitieran pasar aquí el resto de sus días. Por enterrado en su pueblo. Villa de Itaipava. Así se lo dijo el ministro a Bernardino Rivarola, un oficial del cuerpo de ingenieros del Brasil que lo acompañó en 1847. En sus notas de viaje, el militar pintó de Artigas esta última, triste imagen: "En los arrabales de Asunción estubo muchas veces. En uno de ellos vió hoy, vió y tobo, pero lleno de recuerdos de gloria. A aquel guerrero las tenías antes, en las campañas del Sur, al almirante D. José Artigas... No me extraña de estar frente a frente de este hombre también, de cuyas palabras había oído hablar desde mi infancia y que de mucho tiempo atrás lo era muerta. Por su parte no se manifestaron ni tristeza ni asustos, ni saber que me conducía a su morada la fama de su bandada. Entonces me preguntó si me acordaba: "¿Mi nombre suena todavía en su país de usted?". Y habiéndolo contestado afirmativamente, dijo después de una pequeña pausa: "Es lo que me queda después de haber trabajado hoy visto de 'liberador'". Artigas murió repentinamente a los 30 años de edad.

La Fórmula de Acuerdo

Montevideo, Oct. 10, 1851

La fórmula definitiva de paz a que se llegó después de largos años de guerra: "Se reconoce que la resistencia que han hecho los militares y ciudadanos a la intervención anglo-francesa ha sido en la creencia de que con ella defendían la independencia de la República. "Se reconoce entre todos los ciudadanos orientales de las diferentes opiniones en que ha estado dividida la República, iguales derechos, iguales servicios y méritos y opción a los empleos públicos, su conformidad a la Constitución. "La República reconocerá como deus."

Vencido en Caseros Dimitió Rosas

Buenos Aires, 3 de febrero de 1852

enfiados em uma urna fria e impessoal.

A vontade que dá é entrar ali num supetão, quebrar o vidro, arrancar a urna e sair correndo em direção ao interior, para as bandas do rio Uruguai. E lá, numa linda cerimônia indígena, em noite de fogueiras e lua, entender o corpo despedaçado do velho taita (cacique, na língua charrua). Penso que Dom Pepe respiraria aliviado, livre, enfim. Mas, mesmo ali, aprisionado, Artigas ainda representa tudo o que de bom e bonito se construiu coletivamente naquela terra nos idos tempos do início do oitocentos.

Antes de voltar ao Brasil, retornei ao mausoléu, para um último olhar. Longamente conversei com aquela luz. Então, lá fora, descobri que, de fato, Artigas não está ali. Ele vive, nas ruas de Montevideu, na pampa que se estende no horizonte, na luta do povo charrua que assoma com força junto aos descendentes, nos cavalos selvagens que troteiam pelos campos, nas mulheres trigueiras que caminham pelas estradas do interior, nos meninos que brincam de soldado blandengue, nas meninas que sonham com o homem de mirada terna e segura. Artigas está vivo no sonho da pátria grande, aquele que sonhou com Bolívar. E ele renasce em cada um que decida seguir por estas veredas da liberdade, da soberania e da beleza. Assim, enquanto escrevo estas letras, Dom Pepe cavalga rumo ao infinito... Ele vive e é livre! ...

Cabanas em tempos de shoppings

Texto e fotos: Jussara Godoi,
de Florianópolis

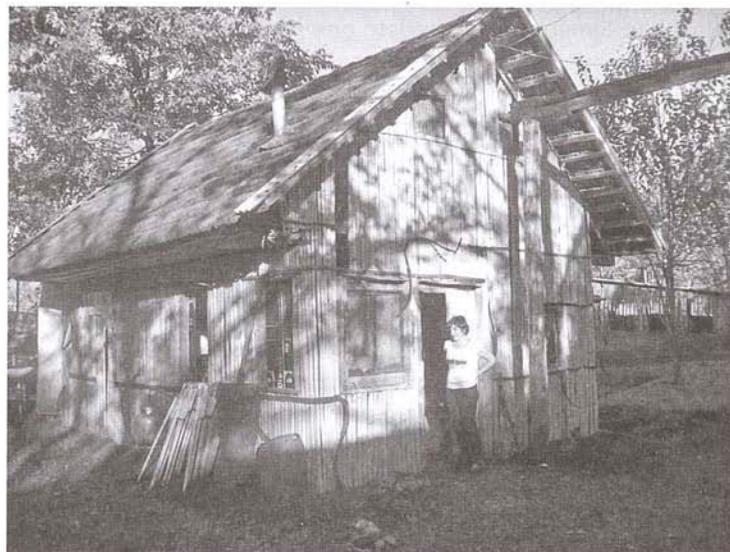
Em tempos de “desencantamento do mundo”, tenho sempre a sorte de chegar até mim algo que me faça repensar minhas atitudes. Foi o que aconteceu, durante os três dias em que passamos, eu e meu companheiro Ronaldo, no sítio do Neni (Onelsimo) e da Nesta (Ernestina), lá no interior do RS. Um lugar sem igual, que visitamos pela segunda vez e ao qual pretendemos voltar muitas vezes.

Tudo naquele sítio teria muito valor de troca se o proprietário assim o quisesse, pois tudo o que produzem é saudável e ecologicamente correto. Mas eles não querem fazer parte do mercado. Preferem manter o valor de uso. “Eu não preciso de dinheiro, já tenho tudo o que preciso aqui”, diz Neni, sempre sorrindo. “Aqui a gente ensina o respeito pelo meio ambiente”. Quando alguém chega lá pela primeira vez, ele já vai logo avisando: “Cuide como se fosse teu, tudo o que tem aqui, todos podem usufruir e não precisa pagar nada”.

E eu, acostumada com a vidinha de “shoppings”, como a maioria da popu-

lação, de tempos em tempos tenho que rever as minhas atitudes. E foi em meio a essa gente de vida simples e sincera que vivi algumas noites de “Samantha Stephens”. Quem assiste a série, como eu, deve se lembrar de um dos episódios em que um casal passa por uma cabana abandonada e, ao entrar, encontra um lindo e aconchegante lugar, mas com um detalhe: só estava lindo porque, minutos antes, Samantha estivera ali com suas magias. A cabana era, na verdade, abandonada e inabitável aos olhos de muitos.

Pois foi exatamente isso que encontramos lá no sítio. Uma cabana construída



com bambu, sem luxo e sem nenhum valor imobiliário, mas preparada com muito carinho para receber os amigos, com um fogão a lenha onde Neni adora preparar uma boa comida e bater papo. E uma lareira, que nos dias frios fica acesa durante a noite para compensar o friozinho que passa pelas frestas do bambu! Quando eu possuir os “poderes” da Samantha, vou transformar todos os “shoppings centers” em cabanas encantadas!

Umás e outras

Texto: Celso Vicenzi,
de Florianópolis



*Celso Vicenzi,
jornalista, já
foi presidente
do Sindicato
dos
Jornalistas/
SC, Prêmio*

*Esso de Jornalismo e
atualmente assessora
um sindicato e uma
cooperativa de crédito.*

CONSELHO - Angra estuda plano de fuga pelo mar, em caso de acidente nuclear. Quem não quiser ficar a ver navios, melhor aprender a nadar.

EFEITO DESTRUIDOR - Rádio e TV também emitem radiação. Se levamos em conta a programação, em alguns casos, o efeito sobre o cérebro é pior do que em Fukushima.

ESTATÍSTICA - Cai o número de vítimas de balas perdidas. Não sei se dá para comemorar. Pode ter aumentado o número de

vítimas de balas com endereço certo.

TÁ DIFÍCIL - Bons tempos aqueles quando se matava um leão por dia. Hoje é preciso matar um leão por dia e um tigre por noite. Pelo menos!

É DO OFÍCIO - No jogo dos policiais, todos querem prender a bola.

NO CLIMA - As autoridades brasileiras garantem: em 2014, todas as árvores, no país, vão se fechar em copa.

NÃO É? - A idade pesa. Principalmente se acompanhada de uma volumosa barriga.

Aos indignados

Por Rosangela Bion de Assis,
de Florianópolis

Uma
homenagem
a todos
aqueles(as) que
não desistem de
lutar por mundo
diferente deste
que aí está.

Viva os encenqueiros,
os baderneiros,
os loucos,
os indignados,
os chatos,
graças a vocês, o mundo não está pior.

Viva os que não se conformam,
os que gritam,
os que reclamam,
os que questionam e não se adaptam,
graças a vocês, há uma esperança.



Em
algum
lugar



Alguém te fala amo
Alguém fala não te amo mais

Alguém sorri por ser feliz
Alguém chora por ser infeliz

Alguém escreve, pois sabe
escrever.

Alguém não escreve, pois não
sabe escrever.

O sol nasce o sol brilha, a chuva
cai límpida e linda.

A rosa nasce a árvore cresce e a
lua aparece.

Pessoas dormem, trabalham,
pássaros voam e cantam.
Em algum lugar existe tudo e
não existe nada.

Ivan Leandro de Medeiros

Foto: Osiris Duarte



Sistema financeiro fatura alto
e transforma vítimas em vilões

Página 12

No Campeche,
construção de
uma cidade
onde caibam
os desejos
coletivos

Página 04

Dar o passo

Maior que as pernas

Rasga as calças

Fura os bolsos

E deixa os pés

Tímidos de vergonha

PROJETO

Aby
A poesia faz
bom dia de vida

Uby Oliveira

Fone: (48)32375500